



Brasil-Argentina: Democracia e Integração

Gelson Fonseca. Cônsul do Brasil em Madrid

1. O processo de consolidação da democracia na Argentina e no Brasil se definem em meados da década de 80, com a eleição de Alfonsín (1983) e de Tancredo Neves e Sarney (1985).
2. Em 1985, Sarney e Alfonsín se encontram em Foz de Iguaçu e lançam o “Programa de Integração Brasil-Argentina”, que está na origem do processo que vai culminar, em 1991, na criação do MERCOSUL.
3. São, portanto, trinta anos de “convivência” entre democracia e integração, o que sugere, de imediato, umas tantas perguntas.
4. A primeira: a democracia está na origem dos processos de integração? É responsável pelo que ocorreu? Uma vez desencadeados, foi sempre um fator positivo para que avançassem? Qual é o balanço possível dos dois processos no momento atual dos dois países?
5. Como se descreviam os “fatores estruturais” do relacionamento bilateral Brasil-Argentina durante os Governos militares dos anos 70: prevalece a idéia de rivalidade que se manifesta sobretudo de duas formas, a de uma possível corrida militar, que poderia ter conseqüências inclusive no campo nuclear (embora os dois países nunca tivessem alcançado domínio da produção de armas) e pela “hegemonia” no Prata, com a construção de Itaipu. O “alimento ideológico” são concepções geopolíticas.
6. Ainda que tenha sido no fim da fase autoritária que as duas expressões da rivalidade tenham sido desmontadas, com o Acordo Tripartite sobre Itaipu (1979) e com o Acordo para a Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear (1980), era possível descrever de forma “negativa” os fatores estruturais ainda no princípio dos anos 90, que se caracterizariam por:
 - a. Assimetrias econômicas; b. Reduzido nível de intercâmbio econômico; c. Agenda conflitiva de temas comerciais; d. Hipóteses de conflitos militares. (Monica Hirst, “Reflexiones para un Analisis Político del Mercosur”, FLACSO, Nov. 1991).
7. O que transforma os “fatores estruturais”, na terminologia de Hirst, são “fatores processais”, que tem que ver com a convergência de agendas de políticas externa, vontade política de integração, interesses setoriais dispostos à integração, construção de medidas de confiança em matéria estratégica, quadros técnicos sensibilizados para trabalhar nos processos de integração, etc. (idem, ibidem).
8. A democracia não é em si mesma um fator de integração (lembramos que, na visão clássica, a implicação da democracia é negativa, democracias **não** entram em conflito entre si). De uma certa maneira, durante a fase autoritária, alguns problemas específicos, de natureza diplomática, puderam ser resolvidos (o que talvez fosse impensável era que governos militares lançassem esquemas de integração amplos como o do MERCOSUR, que supunham um grau de confiança que difícil de conceber dentro de padrões exclusivamente de lógica militar). A vitória da democracia se dá com algumas características específicas, e a primeira é a simultaneidade (o que estimula a idéia de buscas mecanismos de reforço mútuo); a segunda é

a ascensão de lideranças que tinham uma “vivência latino-americana” e, portanto, respondiam a concepções que iam na contra-mão das visões geopolíticas de rivalidade necessária (sempre houve, na história de Brasil-Argentina, lideranças políticas e intelectuais que defendiam a aproximação e a aliança entre os dois países, e o último “grande encontro” terá sido o de Janio com Frondizi em 1961).

9. Havia, ainda, o sentimento de “obra inconclusa”, especialmente nos temas estratégicos e dos gestos mais “dramáticos” foi a visita dos presidentes Sarney e Alfonsín aos centros atômicos dos dois países (1987, Pilcaniyéu; 1988, Aramar). Criação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle (1990).
10. A democratização cria novos padrões de comportamento entre as lideranças políticas latino-americanas (multiplicação das cimeiras), uma tipo de convivência que não havia antes e isto será outro fator decisivo para que a integração ganhe força.
11. Talvez a conclusão à primeira pergunta é a de que a democracia passa a ser parte essencial do processo de integração quando o MERCOSUL define a cláusula democrática. Ações consequentes, p.e., no Paraguai. A criação dos “constrangimentos democráticos”.
12. A segunda indagação diz respeito à dinâmica do processo, de que maneira o jogo democrático afeta a integração. Os processos de integração avançaram (Tratado de Assunção, Acordo de Ouro Preto, etc.) e, com altos e baixos, afetaram interesses concretos, ora positiva, ora negativamente. A democracia se consolida e os interesses se manifestam com mais liberdade, com mais vigor. Se a democracia tem uma trajetória linear e supera crises difíceis nos dois países, o processo de integração avança, porém em passo não linear, submetido a questões de conjuntura, assimetrias, etc. e correspondentes tentativas de solução.
13. Teria que ser assim. Não poderia ser uma imposição burocrática. Nasceu como democrático e é natural que responda às flutuações de interesses que a democracia permite. Não há outro caminho.
14. Balanço. Integração de transforma em parte do processo de aspirações latino-americanos e, em parte, pelo que fizeram Brasil e Argentina. Mostraram o potencial da superação de rivalidades históricas. Os efeitos sobre a América do Sul e o controle da agenda bilateral com a despolitização dos conflitos econômicos. O mais importante: mudam os “fatores estruturais” (mais comércio, fim das hipóteses de guerra, mudança dos padrões de rivalidade política, etc.) e se consolidam os “fatores processuais” (a integração como normalidade) e, conseqüentemente, a natureza dos problemas e a maneira de resolvê-los. Democracia como motivador, democracia como garante da integração.